

Pobreza menstrual: Aspectos socioeconômicos e culturais

Menstrual poverty: Socioeconomic and cultural aspects

Pobreza menstrual: Aspectos socioeconômicos y culturales

Recebido: 10/04/2024 | Revisado: 27/04/2024 | Aceitado: 28/04/2024 | Publicado: 01/05/2024

Vitória Farias de Melo

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-9093-1151>
Universidade Tiradentes, Brasil
E-mail: vitoria.farias99@souunit.com.br

Sheila Soares Oliveira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7424-5823>
Universidade Federal de Sergipe, Brasil
E-mail: sheila.oliveira1@hotmail.com

Roberta Araújo de Lucena

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-3862-0171>
Universidade Tiradentes, Brasil
E-mail: robertalucena18@outlook.com

Flávia Milene de Souza Nobre

Faculdade Estácio, Brasil
E-mail: 202108456667@alunos.estacio

Yasmyn Menezes de Jesus Santos

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-6759-3439>
Universidade Tiradentes, Brasil
E-mail: yasmyn.menezes@souunit.com.br

Wellington Campos Cardoso

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-9707-6024>
Universidade Federal de Sergipe, Brasil
E-mail: welcc@academico.ufs.br

Raul Santos Silva

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-4621-2633>
Universidade Federal de Sergipe, Brasil
E-mail: rauljss@academico.ufs.br

Lorena Correia Cardoso

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-0951-6347>
Universidade Tiradentes, Brasil
E-mail: lorenacorreia@souunit.com.br

Carla Azevedo Prado

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-7705-9433>
Universidade Tiradentes, Brasil
E-mail: carlaazevedo@souunit.com.br

Priscilla Daisy Cardoso Batista

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7533-190X>
Universidade Federal de Sergipe, Brasil
E-mail: pbcbatista@gmail.com

Márcia Neves de Carvalho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4370-2788>
Escola Bahiana de Medicina, Brasil
E-mail: marcianevesc@gmail.com

Resumo

Introdução: A pobreza menstrual é um fenômeno complexo, transdisciplinar e multidimensional, enfrentado por meninas e mulheres em todo o mundo devido à falta de acesso a recursos, escassez de políticas públicas com infraestrutura adequada e desinformação para que tenham capacidade de realizar o manejo correto da higiene menstrual. Considerando que a pobreza menstrual é reconhecida como um problema de saúde pública em todo o mundo, este estudo objetiva abordar a sua problemática, identificando e analisando suas implicações socioeconômicas e culturais. **Metodologia:** Realizou-se uma revisão narrativa da literatura, utilizando-se as bases de dados LILACS, PubMed, SciELO e GOOGLE ACADÊMICO. **Resultados:** A pobreza menstrual, além de afetar a saúde física e psíquica de várias pessoas, ainda conserva e intensifica a desigualdade entre gêneros. As meninas deixam de frequentar as escolas quando há falta de meios para cuidar da própria menstruação, como infraestrutura inadequada e pouca disponibilidade de produtos voltados para a higiene, submetendo-as a situações que ridicularizam e menosprezam. Essa realidade repleta de paradigmas advém de um histórico em que o sangramento visível era considerado sinônimo de sujeira, impureza e vergonha. A problemática que envolve a pobreza menstrual é mundial,

pois percebe-se que bilhões de mulheres ainda não têm acesso efetivo aos meios de higiene básica e pessoal. Conclusão: A educação menstrual é crucial para enfrentar a pobreza menstrual, abordando saúde sexual e reprodutiva. É vital iniciar o diálogo sem estigmas antes da primeira menstruação, incorporando saberes populares. Políticas públicas devem garantir uma vivência digna do período menstrual, reduzindo o absentismo escolar.

Palavras-chave: Serviços de saúde da mulher; Menstruação; Saúde da mulher.

Abstract

Introduction: Menstrual poverty is a complex, transdisciplinary and multidimensional phenomenon, faced by girls and women around the world due to lack of access to resources, lack of public policies with adequate infrastructure and misinformation to enable them to correctly manage the condition. menstrual hygiene. Considering that menstrual poverty is recognized as a public health problem worldwide, this study aims to address its problem, identifying and analyzing its socioeconomic and cultural implications. **Methodology:** A narrative review of the literature was carried out, using the LILACS, PubMed, SciELO and GOOGLE ACADÊMICO databases. **Results:** Menstrual poverty, in addition to affecting the physical and mental health of many people, also preserves and intensifies inequality between genders. Girls stop attending schools when there is a lack of means to take care of their own menstruation, such as inadequate infrastructure and little availability of hygiene products, subjecting them to situations that ridicule and belittle. This reality full of paradigms comes from a history in which visible bleeding was considered synonymous with dirt, impurity and shame. The problem surrounding menstrual poverty is global, as it is clear that billions of women still do not have effective access to basic and personal hygiene. **Conclusion:** Menstrual education is crucial to addressing menstrual poverty by addressing sexual and reproductive health. It is vital to start dialogue without stigma before the first menstruation, incorporating popular knowledge. Public policies must guarantee a dignified experience during the menstrual period, reducing school absenteeism.

Keywords: Women's health services; Menstruation; Women's health.

Resumen

Introducción: La pobreza menstrual es un fenómeno complejo, transdisciplinario y multidimensional, que enfrentan niñas y mujeres alrededor del mundo debido a la falta de acceso a recursos, la falta de políticas públicas con infraestructura adecuada y la desinformación que les permita gestionar correctamente la higiene menstrual. Considerando que la pobreza menstrual es reconocida como un problema de salud pública a nivel mundial, este estudio tiene como objetivo abordar su problema, identificando y analizando sus implicaciones socioeconómicas y culturales. **Metodología:** Se realizó una revisión narrativa de la literatura, utilizando las bases de datos LILACS, PubMed, SciELO y GOOGLE ACADÊMICO. **Resultados:** La pobreza menstrual, además de afectar la salud física y mental de muchas personas, también preserva e intensifica la desigualdad entre géneros. Las niñas dejan de asistir a las escuelas cuando faltan medios para cuidar de su propia menstruación, como infraestructura inadecuada y poca disponibilidad de productos de higiene, sometiénolas a situaciones que las ridiculizan y menosprecian. Esta realidad llena de paradigmas proviene de una historia en la que el sangrado visible era considerado sinónimo de suciedad, impureza y vergüenza. El problema que rodea a la pobreza menstrual es global, ya que está claro que miles de millones de mujeres aún no tienen acceso efectivo a la higiene básica y personal. **Conclusión:** La educación menstrual es crucial para abordar la pobreza menstrual abordando la salud sexual y reproductiva. Es vital iniciar un diálogo sin estigmas antes de la primera menstruación, incorporando el saber popular. Las políticas públicas deben garantizar una experiencia digna durante el período menstrual, reduciendo el ausentismo escolar.

Palabras clave: Servicios de salud para mujeres; Menstruación; Salud de la mujer.

1. Introdução

A menstruação é caracterizada por um sangramento periódico, resultado da descamação uterina após a não fecundação do óvulo pelo espermatozóide. A primeira menstruação ocorre durante a puberdade, sendo um marco na vida reprodutiva feminina, trazendo consigo inúmeras alterações corporais, psicológicas, comportamentais, sociais e até mesmo espirituais, levando em consideração as diferentes crenças religiosas do país. A saúde menstrual pode ser compreendida como um estado de bem estar físico, social e mental em relação ao ciclo menstrual (De oliveira, et al., 2023).

A educação menstrual, por sua vez, é definida pela promoção de processos educativos, lúdicos e informativos, atentando-se para a perspectiva biológica, emocional e social. Deve ser oferecida a todas as mulheres, por meio do diálogo livre de estigmas, não apenas com enfoque na prevenção da gravidez não intencional, mas também como uma ferramenta para que as mulheres conheçam seus próprios corpos, conheçam seu ciclo menstrual e haja promoção de bem-estar e justiça social (Xavier, 2022).

Infelizmente há uma grande estigma em torno do sangramento menstrual, fato este que constitui um reflexo da sociedade patriarcal sob o jugo da colonialidade de gênero, ou seja, um padrão de relações de poder e opressão, que opera na naturalização de hierarquias de gênero. Ao tratar sobre este tema sob esta perspectiva, diversos grupos sociais evidenciam como o fenômeno da menstruação é vergonhoso e prejudicial, reforçando preconceitos e práticas repressivas. Isso representa uma barreira significativa às mulheres para a procura de cuidados e conhecimento no tocante ao próprio corpo (Motta; Brito 2022).

A educação integral em sexualidade, incluindo a educação menstrual amplamente difundida nas escolas, constitui uma ferramenta promissora para desenvolver noções sobre seu corpo, utilizando-se de conhecimentos fisiológicos sobre o ciclo menstrual, além de desmistificar tabus pré estabelecidos e contribuir para diminuir o constrangimento, estresse e baixa-estima dessas jovens, além de contribuir para uma vida sexual e reprodutiva melhor, mais segura e consciente, prevenindo IST e gestações indesejadas (De oliveira, et al., 2023).

A realidade do ambiente escolar mostra desigualdades significativas, no que tange ao modo como as meninas correlacionam a vida cotidiana com o conhecimento curricular sobre o ciclo menstrual cotidiana. De acordo com os dados da PeNSE 2015 que diz respeito à orientação para a prevenção de gravidez fornecida pela escola, quase 19% das meninas pretas e pardas não tiveram ou não se lembram se tiveram estas orientações, quando comparadas a meninas brancas. Por regiões geográficas, as meninas do Norte, Nordeste e Sudeste tiveram taxas muito próximas (entre 73 e 74%), entretanto as meninas do Centro-Oeste e Sul são mais privadas dessas orientações com taxas 25 e 21% menores, respectivamente. Podemos identificar nestes dados, que o acesso à educação integral em sexualidade possui um componente socioeconômico relevante que está evidentemente desfavorecido. Isso ressalta que, além das condições WASH - água, saneamento, higienização (<https://www.unicef.org/brazil/dignidade-menstrual>), outros fatores estruturais relacionados à raça/cor que se diferenciam por região geográfica no Brasil (UNICEF, 2021).

A pobreza menstrual é um desafio enfrentado por adolescentes e mulheres em todo o mundo vem sendo descrita como a ausência de uma ou mais condições WASH que, associada à falta de políticas neste campo, leva à desinformação acerca do conhecimento fisiológico menstrual e do manejo correto da higiene. Faz-se necessário o diagnóstico, tratamento e cuidados oportunos para desconfortos e distúrbios relacionados ao ciclo menstrual, assim como a oferta de condições WASH. Estes obstáculos relacionados à menstruação, afetam os direitos fundamentais de meninas e mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, sendo imprescindível a formulação de políticas públicas eficientes para reverter tal cenário, não se limitando apenas à distribuição de absorventes, mas também levando em consideração a promoção da saúde, saneamento básico e educação de qualidade (UNICEF, 2021).

Do ponto de vista de saúde emocional, a ausência de boas condições para o cuidado da menstruação pode causar desconforto, insegurança e estresse, e contribuir para aumentar a discriminação e estigmatização. Considerando também a precariedade de infraestrutura de higiene menstrual, muitas pessoas acabam retraindo a urina por longos períodos, para não se expor às condições ruins de higiene, o que pode causar dentre outras questões de saúde, afecções urinárias importantes (UNICEF, 2021).

Considerando que a pobreza menstrual é reconhecida como um problema de saúde pública em todo o mundo, este estudo tem o objetivo de abordar esta problemática, identificando e analisando os aspectos socioeconômicos e culturais associados a ela. Dessa forma, podendo contribuir para uma maior visibilidade do problema e, conseqüentemente, para a busca de soluções para o mesmo.

2. Metodologia

O presente estudo consiste em uma revisão narrativa da literatura sobre a pobreza menstrual e seus aspectos socioeconômicos e culturais. A busca de artigos foi realizada nas bases eletrônicas Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SciELO), PubMed, GOOGLE ACADÊMICO, portais "on-line" de notícias e Base da Legislação Federal (REFLEGIS) por meio das palavras-chave selecionadas segundo a classificação dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): serviços de saúde da mulher, menstruação e saúde da mulher. Os artigos selecionados compreendem o período de 2013 a 2023, na língua portuguesa. Como critérios de inclusão, foram considerados artigos originais que abordassem o tema pesquisado e permitissem acesso integral ao conteúdo do estudo, sendo excluídos aqueles estudos que não obedeceram aos critérios de inclusão supracitados.

Todos os artigos analisados na revisão de literatura foram com a finalidade de se alcançar os objetivos pretendidos. Trabalhos que não tivessem metodologia claramente detalhada no resumo ou fugissem ao tema proposto foram excluídos.

3. Resultados e Discussão

O estudo de Sabatino destaca que a pobreza menstrual está intrinsecamente ligada aos direitos humanos, pois viola uma série de direitos fundamentais. Em primeiro lugar, o direito à saúde é comprometido, sendo o acesso a produtos de higiene menstrual adequados é essencial para a saúde e o bem-estar das mulheres, podendo levar a infecções, desconforto físico e problemas de saúde a curto e longo prazo (Sabatino, 2023).

Os tabus que envolvem a menstruação ainda estão presentes na sociedade, tendo o assunto um aspecto negativo, sobre o qual muitas mulheres evitam falar em público, procurando esconder esse período de sangramento das demais pessoas (Brito mapr, 2021). Além disso, os aspectos culturais e ideológicos de cada etnia vão influenciar nas expectativas e normas relacionadas à menstruação e na saúde geral das mulheres expostas a essas crenças, influenciando na maneira como elas veem e avaliam o ato de menstruar (Hermosa & Mejia, 2015). Como exemplo, no estudo de Hennegan, observou-se que, apesar da menstruação ser um período fisiológico e relacionado à reprodução do ser humano, por ainda ser um tabu na sociedade, quando a mulher necessita de um absorvente emprestado, pede-o sussurrando (Hennegan, 2020; Ratti, 2015).

A pobreza menstrual, além de afetar a saúde física e psíquica de várias mulheres, ainda conserva e intensifica a desigualdade entre gêneros (Cassimiro, 2022). As meninas deixam de frequentar as escolas, o que claramente prejudica seu desempenho escolar. Além de reforçar a ideia de que se trata de algo sujo e impuro, que deve ser escondido. Segundo estimativa da Organização das Nações Unidas (ONU, 2020), 10% das meninas perdem aula quando estão menstruadas. Segundo Hennegan, essa realidade repleta de paradigmas advém de um histórico em que o sangramento visível era considerado sinônimo de sujeira, impureza e vergonha. Assim, agir como uma mulher responsável seria manter o corpo limpo, bem como conservar a menstruação em segredo (Hennegan, 2020; Ratti, 2015). Ademais, um estudo realizado no Quênia revelou que as meninas não eram informadas corretamente sobre a menstruação pelos professores, além de receberem a responsabilidade de se prevenirem contra o assédio ou culpabilizadas por este, pois não deveriam "se misturar" com os meninos (Girod et al, 2017). Assim, exemplifica-se mediante a reportagem do Fantástico, programa da Rede Globo, do dia 2 de maio de 2021 sobre a pobreza menstrual, em que evidenciou problemáticas como o tabu em falar sobre o tema, o despreparo de meninas para a menarca, mediante a exemplos de experiências pessoais, a falta de acesso a informação sobre a fisiologia do organismo e do ciclo menstrual, a impossibilidade de manter atividades cotidianas quando ocorre ausência dos itens de higiene (Gotardo, 2022).

As pesquisas também apontaram que essas consequências não são apenas físicas, mas também psicológicas. Segundo o estudo de Gemaque e Lima, dentre as pessoas acometidas por pobreza menstrual, tem-se um grande teor de ansiedade, estresse e níveis de felicidade baixa, muitas desenvolvem ansiedade por não terem condições higiênicas necessárias para o

período. Algumas até sofrem violência doméstica por estarem menstruadas e uma grande parcela sente-se inferior por terem que passar esse período desamparadas (Gemaque & Lima, 2023).

Diante do exposto, notamos que em uma sociedade patriarcal, sob o jugo da colonialidade de gênero (Lugones, 2008), as informações disponibilizadas sobre menstruação são voltadas a ensinar como esse fenômeno é vergonhoso e prejudicial. Nesse contexto, o descaso sobre o assunto atua como um fator impeditivo à equidade de gênero, uma vez que a ausência de educação menstrual e de condições adequadas ao manejo da higiene menstrual têm como consequência a pobreza menstrual (Bahia, 2021).

A problemática que envolve a dignidade menstrual é mundial, pois percebe-se que bilhões de mulheres não têm acesso eficaz aos meios de higiene básica e pessoal, que incluem produtos como absorventes descartáveis ou outros tipos de protetores menstruais, caracterizando uma fragilidade econômica e social (Assad, 2021). Segundo Neri, com exceção do estado de Goiás e do Rio de Janeiro, os absorventes femininos não fazem parte dos produtos da cesta básica, o que propaga a ideia de serem um produto de luxo. Isso contribui como um mecanismo de manutenção da desigualdade de gênero, pois além das mulheres receberem menores salários e terem jornada dupla de trabalho, ainda sofrem com o alto preço dos produtos femininos. O Brasil possui uma das mais elevadas taxas sobre absorventes no mundo. Em média, esse valor equivale a 25% do preço do produto, variando de acordo com o estado da federação (Neri, 2020). Por conta disso, os absorventes são muito caros e pouco acessíveis para uma parte considerável da população. O valor investido gira em torno de 150 reais ao ano e 5.500 reais ao longo da vida, por mulher que menstrua. A omissão do Estado, a falta de acesso a saneamento básico, a elevada taxa sobre absorventes e a sua não distribuição gratuita faz com que milhões de mulheres que menstruam sejam vítimas da pobreza menstrual no Brasil (Assad, 2021). Diferente de Goiás e do Rio de Janeiro, onde os absorventes não fazem parte das cestas básicas, muitas mulheres acabam não tendo recursos para comprá-los e assim ficam longe de suas atividades laborais. Segundo a ONU, 10% das meninas perdem as aulas quando estão menstruadas, seja por falta de dinheiro para comprar produtos de higiene ou pela ausência da educação menstrual. Diversas pessoas faltam às suas obrigações escolares ou laborais durante o período em que estão menstruadas. No Brasil, cerca de 5,5 milhões de pessoas já faltaram ao trabalho por falta de dinheiro para comprar absorventes (Piauí, 2023).

Apesar dessa visão discriminatória, muitos países têm alterado a alíquota tributária sobre os absorventes, em decorrência da pressão exercida por movimentos sociais. E alguns países têm aprovado a oferta de absorventes para pessoas vulneráveis. Em 2020, a Escócia se tornou o primeiro país do mundo a oferecer produtos menstruais à sua população feminina. Logo, as autoridades locais devem garantir que absorventes femininos e tampões íntimos estejam disponíveis para qualquer mulher que necessite. Para a proponente do projeto, Monica Lennon, o combate à pobreza menstrual tornou-se ainda mais necessário devido à pandemia da COVID-19 (Motta; Brito, 2022).

Dessa maneira, um dos questionamentos que advém da falta de produtos de higiene está relacionado à riqueza dos países. O desafio para combater a precariedade menstrual é mais complexo por esbarrar em questões socioeconômicas históricas, em que mulheres de baixa renda sofrem as maiores repercussões (Rossouw; Ross, 2021). Por isso, a menstruação, quando combinada à pobreza, é capaz de causar disparidades entre as próprias mulheres, criando um ciclo vicioso de exclusão e desigualdade (Medina-Perucha et al., 2019). Como ilustração, o estudo de Assad afirma que é de conhecimento que muitas mulheres que menstruam reutilizam absorventes descartáveis ou usam artigos inadequados, como miolo de pão e papéis. Isso é preocupante, já que a má higiene nesse período pode gerar processos infecciosos, como vulvovaginites e infecções urinárias (Assad, 2021). Porém, é importante considerar o fato de que a falta de higiene menstrual não é exclusividade de países pobres, pois as iniquidades sociais, apesar de terem menores incidências, também atingem os países ricos (Medina-Perucha et al., 2019).

Ainda nesse contexto, o estudo de Gonçalves afirma que o combate à carência menstrual vai muito além do que fornece tampões e saneamento básico. Este é um assunto que vem ganhando visibilidade nas mídias sociais, sociedades médicas e organizações não governamentais fomentado o interesse social sobre saúde menstrual e pobreza menstrual. A menstruação não pode mais ser vista como uma maldição para a qual não há nada a ser feito, exceto confiar na resiliência e resistência das mulheres. A menstruação não deve ser sofrida com vergonha e silêncio. Deste modo, é plausível que já passou da hora de permitirmos que as mulheres saiam desse círculo vermelho e sejam atendidas de forma digna e respeitosa (Gonçalves, 2023).

4. Conclusão

A pobreza menstrual ainda é um tema pouco debatido na literatura. A desinformação e a estigmatização da menstruação estão estreitamente correlacionadas. A omissão de estratégias multidisciplinares que abordem a educação menstrual no núcleo escolar e familiar cria o tabu, e o tabu alimenta perpetua a desinformação. Diante disso, torna-se necessário um maior debate acerca do tema. A ausência de estratégias de educação menstrual de qualidade- que busquem promover uma educação inclusiva e equitativa em todos os níveis de educação- a questão histórica enraizada - onde a mulher que menstrua é vista como impura e deve ser excluída - e a carência de itens básicos para uso durante a menstruação, afetam diretamente a dignidade, a qualidade de vida e a saúde das pessoas que menstruam, principalmente aquelas em situação de vulnerabilidade. Ademais, reflete um problema de desigualdade de gênero e social. Isto posto, mostra-se fundamental que políticas públicas sejam elaboradas e implementadas a fim de que mudanças possam ocorrer nesse cenário.

O amplo acesso à informação sobre a fisiologia menstrual, contemplando-se a perspectiva biológica, emocional, social e os aspectos sanitários públicos é o que define a educação menstrual, que se contrapõe à pobreza menstrual, que é um problema secular e ainda tão enraizado no nosso país e no mundo. A educação menstrual deve ser oferecida a todos, em todos os níveis de educação, com o objetivo de promover a capacitação e empoderamento dos indivíduos. É de suma importância que as pessoas que menstruam sejam apresentadas ao tema antes da primeira menstruação, por meio do diálogo livre de estigmas e a partir de informações baseadas em evidências, nas instituições de ensino e nas unidades de saúde, a fim de que questões essenciais ao desenvolvimento saudável dos indivíduos, como a dignidade menstrual, deixem de ser ignoradas. Ademais, mais estudos debatidos e publicados sobre o tema são necessários para compreender os efeitos e desenvolver estratégias eficazes, enquanto a colaboração entre diversos setores é crucial para garantir acesso universal a produtos e serviços menstruais. Essas ações são essenciais para promover a igualdade de gênero e o bem-estar menstrual.

Para o manejo correto e saudável da menstruação, algumas condições de infraestrutura são necessárias como a garantia de acesso a sanitários limpos e apropriados, disponibilidade produtos de higiene como água, sabão, papel higiênico, produtos menstruais, um local para descarte destes produtos. Sem acesso a essas condições básicas, menstruantes podem ter sua saúde, mobilidade e dignidade afetadas.

Referências

- Botello-Hermosa, A. & Casado-Mejía, R. (2015). Miedos e temores relacionados com a menstruação: estudo qualitativo desde a perspectiva de gênero. *Texto & Contexto-Enfermagem*, 24, 13-21.
- Hennegan, J., et al. (2020). I do what a woman should do': a grounded theory study of women's menstrual experiences at work in Mukono District, Uganda. *BMJ Global Health*, 5(11), e003433. <https://doi.org/10.1136/bmjgh-2020-003433>
- Ratti, C. R., et al. (2015). O Tabu da Menstruação Reforçado pelas Propagandas de Absorvente. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação–Rio de Janeiro - RJ –4 a 7/9/2015.
- Brito, M. A. P. R. (2021). Pobreza Menstrual e Políticas Públicas para mulheres e meninas. SEI/UFG-2131235 - Termo de Ciência e de Autorização TCCG (RI).

- Sabatino, T. (2023). A pobreza menstrual no Brasil e as consequências para as mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade. *Revista Scientia Alpha*, 1(1).
- Cassimiro, J. C., Cruz, B. C. P., Moreira, C. B., dos Santos, M. C. T., & Peixoto, M. C. (2022). Desafios no combate à pobreza menstrual: uma revisão integrativa. *Brazilian Journal of Health Review*, 5(2), 5181-5193.
- Giord, C., et al. (2017). Physical, Social, and Political Inequities Constraining Girls' Menstrual Management at Schools in Informal Settlements of Nairobi, Kenya. *Journal of Urban Health*, 94(6), 835–846. <https://doi.org/10.1007/s11524-017-0189-3>
- Gotardo, S. (2022). Pobreza menstrual: uma análise sobre a discussão a partir da reportagem exibida no programa fantástico. *Organicom*, 19(39), 171-184.
- Lugones, M. (2008). Colonialidad y genero. *Tabula Rasa*, 9, 73-101.
- Bahia, L. (Ano não especificado). Livre para menstruar: pobreza menstrual e a educação das meninas. In *Livre para menstruar*. <https://livreparamenstruar.org/>
- Assad, B. F. (2021). Políticas públicas acerca da pobreza menstrual e sua contribuição para o combate à desigualdade de gênero. *Revista Antinomias*, 2(1), 2-7. <http://www.antinomias.periodikos.com.br/article/60e39095a9539505a0471774/pdf/antinomias-2-1-140.pdf>
- Neris, B. B. S. (2020). Políticas fiscais e desigualdade de gênero: análise da tributação incidente nos absorventes femininos. *Revista de Filosofia do Direito, do Estado e da Sociedade (FIDES)*, 11(2).
- Piauí. (2023). “Sem banheiro nem absorvente”. *Piauí 2023*. <https://piaui.folha.uol.com.br/sem-banheiro-nem-absorvente>
- Motta, M.C.C., & da Rocha Brito, M.A.P. (2022). Pobreza menstrual e a tributação dos absorventes. *Confluências / Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, 24(1), 33-54.
- Rossouw, L., & Ross, H. (2021). Understanding Period Poverty: Socio-Economic Inequalities in Menstrual Hygiene Management in Eight Low-and Middle-Income Countries. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 18, 2571. <https://doi.org/10.3390/ijerph18052571>
- Medina-Perucha, L., et al. (2020). Menstrual health and period poverty among young people who menstruate in the Barcelona metropolitan area (Spain): protocol of a mixed-methods study. *BMJ Open*, 10(7), e035914. <https://doi.org/10.1136/bmjopen-2019-035914>
- Assad, B. F. (2021). Políticas Públicas acerca da Pobreza Menstrual e sua contribuição para o combate à desigualdade de gênero. *Revista Antinomias*, 2(1). <http://www.antinomias.periodikos.com.br/article/60e39095a9539505a0471774/pdf/antinomias-2-1-140.pdf>
- de Sousa Gonçalves, D. M., da Silva, H. S., Pequeno, C. G., de Oliveira Ferreira, E. R., Viana, J. S., da Silva, M. M., & Freire, M. H. (2023). Pobreza menstrual e os impactos na saúde da mulher. *Revista Foco*, 16(1), e645-e645.
- Unicatólica, P. A., Gemaque, E. M., & Lima, H. D. F. (2023). Pobreza menstrual e as consequências à saúde: uma revisão de literatura. *Semana de Enfermagem*, 8.
- de Oliveira, V. C., Pena, É. D., de Andrade, G. N., & Felisbino-Mendes, M. S. (2023). Acesso e práticas de higiene menstrual na América Latina: revisão de escopo. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 31, e4030-e4030.
- Xavier, G. L. D. A. (2022). Da pobreza à dignidade menstrual: uma análise da legislação e das políticas públicas no Brasil.
- UNICEF, UNFPA. (2021). Pobreza menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos. https://www.unicef.org/brazil/media/14456/file/dignidade-menstrual_relatoriounicef-unfpa_